

**O AMBIENTE ESCOLAR E A ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA: o olhar da
Educação e o olhar da Biblioteconomia**
*SCHOOL ENVIRONMENT AND THE LIBRARIAN PERFORMANCE: the
Education point of view and the Library Science point of view.*

[Fernanda de Sales,](#)

Mestre, Professora do Departamento de Biblioteconomia
e Documentação, Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo trata da atuação do profissional bibliotecário em ambientes escolares. Destaca a escola fundamental como o primeiro ambiente em que muitas crianças têm seu primeiro contato com uma biblioteca e com o bibliotecário. Ressalta ainda as responsabilidades pedagógicas do bibliotecário, que é entendido como agente escolar, portanto, com funções essenciais no processo de comunicação educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Escolar. Bibliotecário Escolar. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio, ao tratar da atuação do profissional bibliotecário em ambientes escolares a partir de concepções tanto educacionais, quanto biblioteconômicas, busca suscitar reflexões sobre as responsabilidades pedagógicas desse profissional.

O bibliotecário é um profissional da informação que produz e dissemina informações sobre documentos e seus conteúdos, atuando também como mediador dessas mesmas informações, ou seja, o bibliotecário é o profissional capacitado a atender as necessidades informacionais de todos os usuários, sejam de bibliotecas, ou de quaisquer outros centros de documentação. Cabe, portanto, neste momento, discorrer um pouco mais sobre a atuação deste profissional, a partir de sua formação, seu desenvolvimento profissional e de sua permanência no mercado de trabalho.

A biblioteca é uma instituição que faz parte do contexto brasileiro desde os seus primórdios, quando o país havia recém sido *descoberto* pelos europeus que, através de doutrinas religiosas eminentemente católicas, catequizavam e colonizavam os habitantes que aqui encontraram. É deste período que data a primeira biblioteca brasileira, a biblioteca do Colégio da Bahia, criada em 1568. Por se tratar de um período de colonização, ou seja, um período em que um Estado toma posse de uma região estrangeira, o acervo desta biblioteca contava, muito provavelmente, com um conteúdo informacional que atendia a certos

interesses culturais, comportamentais e até políticos, e que contribuía com o processo de colonização, que veio, na verdade, impor um novo modo de ser e de fazer social.

Desde então as bibliotecas, especialmente as mantidas pelo poder público, vêm desenvolvendo sua história e seus acervos de acordo com os interesses dos mantenedores, e não a partir das necessidades dos usuários¹.

É neste contexto que surge a figura do bibliotecário, ou seja, a prévia existência da instituição biblioteca cria uma demanda por um profissional que esteja apto a atuar em instituições com objetivos já estabelecidos. Em linhas gerais, pode-se dizer que o bibliotecário teve e está tendo de formar sua identidade profissional a partir deste contexto.

Este brevíssimo histórico acima apresentado mostra alguns indícios de que muitas das dificuldades de permanência no (e reconhecimento pelo) mercado de trabalho e também pela sociedade, têm suas raízes numa história que começou a ser escrita de uma forma arbitrária. Por isso, atualmente, este profissional busca *criar* uma outra forma de atuar, humanizando mais seu trabalho - que possui caráter tecnicista - não apenas garantindo aos sujeitos o direito à informação, mas também incorporando à sua identidade profissional esta necessidade de mudança. Uma profissão meramente tecnicista está fadada à extinção, por isso sua evolução pode fazer com que a história continue a ser escrita com outro enredo.

Por se tratar de um profissional que trabalha com produção e gestão da informação, suas atividades têm uma potencialidade significativa de contribuir na melhoria da qualidade de vida social através do acesso a estas informações pelos sujeitos da sociedade. Vejamos como este processo é possível.

Inicialmente, a formação deste profissional não se encarrega de tratar a função social do bibliotecário. De acordo com a maioria dos currículos, os anos passados na universidade são dedicados à aprendizagem de normas, regras e códigos. Não se coloca contra as funções técnicas inerentes a profissão de bibliotecário. Vive-se um momento histórico riquíssimo em produção e volume de informações, das mais variadas delas. É, então, fundamental um modelo de organização para que todo este montante de informação, independente do suporte, seja disponibilizado de forma operacional, ágil e eficaz. Porém, o que não tem tido muito espaço para discussões, é o que está por trás desta ação, vista como meramente técnica.

¹ Os *usuários* de uma biblioteca, muito antes de serem sujeitos que *utilizam* os serviços prestados por esta instituição para atender a um interesse próprio, são cidadãos que, por direito humano e social, têm garantia de acesso à informação. Na linguagem técnica da Biblioteconomia o usuário pode ser real, aquele que realmente frequenta a biblioteca ou centro de informação e se utiliza de seus serviços, ou potencial, aquele que, por desconhecimento, ou por desinteresse, não é assíduo à biblioteca e seus serviços, mas que também possui desejos, interesses ou necessidades de informação, e por isso, pode vir a ser um usuário real.

Tratar a informação é muito mais do que catalogar e classificar, ou seja, descrever e identificar o conteúdo temático dos documentos. Estes processos são apenas parte de um conjunto de ações que irá possibilitar a um cidadão o acesso a uma informação da qual necessita, seja ela técnica, científica, cultural, para lazer ou de utilidade pública. O que importa pensar é que o conteúdo que se está disponibilizando irá, de alguma forma, aprimorar o conhecimento de alguém e, conseqüentemente, contribuir para seu desenvolvimento pessoal, e mais, este conhecimento e o seu desenvolvimento fatalmente irão lhe propiciar um pensamento mais crítico, dando-lhe a possibilidade de melhor entender e questionar sua realidade.

Conscientizando-se e acreditando que seu trabalho pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e, conseqüentemente, de uma sociedade mais crítica, o bibliotecário estaria apto a atuar no desenvolvimento social como agente de transformação, conforme Souza (1993).

Da mesma forma, a biblioteca está tendo que adaptar seus serviços a uma nova realidade que é composta por uma demanda muito grande de informação, por uma gama de usuários mais exigentes e também por um enorme grupo de usuários potenciais, isto é, aqueles que têm necessidades informacionais, mas não buscam solucioná-las nas bibliotecas por desconhecer que este é um espaço reservado à busca de informações e construção de conhecimento.

A grande demanda de informação é uma exigência dos dias atuais, uma vez que acentuou-se a percepção de que a informação é a geradora de capital, de mercado e de trabalho no mundo, o que, conseqüentemente, leva a uma procura cada vez maior. Infelizmente, projetos que possam aproximar a biblioteca das comunidades que a cercam não são comuns, especialmente em cidades de pequeno porte econômico, onde as atividades que permeiam as bibliotecas nem sempre são eleitas através da iniciativa de profissionais qualificados e especializados, mas sim através de relações de *politicagem*, amizade e laços familiares.

Estas questões encontram fundamento na Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual². A IFLA apóia, defende e promove a liberdade intelectual, tal como está definida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas.

² Declaração preparada pelo IFLA/FAIFE (Comité sobre a Liberdade de acesso à Informação e sobre a Liberdade de Expressão da IFLA) e aprovada pelo Comité Executivo da IFLA a 25 de Março de 1999, Haia, Holanda.

O primeiro passo para a integração com a sociedade pode ser a biblioteca (instituição e profissionais) reconhecer cada usuário como um cidadão que, ao entrar na biblioteca, busca um bem, a princípio abstrato, que irá lhe trazer algum desenvolvimento pessoal, cultural, intelectual ou profissional e que, ao sair de lá, ele ainda estará buscando, pois a informação não é um bem acabado, finalizado, portanto, ele voltará.

Por isso é necessário que uma biblioteca disponha de bom acervo, recursos financeiros, que seja bem administrada e que tenha uma equipe bibliotecária competente, para poder oferecer além de informação usual, espaços de lazer e entretenimento, com exposições de arte, de dança, de teatro, e que podem ser resultado de oficinas realizadas pela própria biblioteca. O importante é que essas atividades estejam relacionadas com a realidade das pessoas que irão dispor delas.

As formas de acesso à informação também devem ser tomadas pelo bibliotecário como uma importante questão, pois a ascensão das tecnologias de comunicação e informação e de ferramentas sofisticadas de busca à informações fazem parte da realidade de muitas pessoas, porém, não da maioria.

No caso brasileiro vive-se em um país que, infelizmente, apresenta um índice altíssimo de analfabetismo. Segundo Lima, (2001) “O IBGE considera analfabetos funcionais, as pessoas que têm menos de quatro anos de estudo. E eles são nada menos que 30% (precisamente 29,4%) da população brasileira com 15 anos de idade ou mais.” Considera-se então, que essa população acessa informações através de meios de comunicação de massa, o que, em quase que na totalidade dos casos, supõe-se que significam informações tendenciosas, já filtradas de acordo com diversos interesses das pessoas ou organizações que supostamente detenham o poder. É bem provável que esta ação crie neste grupo de pessoas valores e hábitos que facilite a manipulação de seus pensamentos e, conseqüentemente, de suas atitudes.

A despeito desta possibilidade, não se deve, porém, desconsiderar a condição que cada sujeito tem de receber e abstrair informações, colocando-o como totalmente vulnerável ao meio. Especialmente quando recorremos a Eco (1976) e seus estudos sobre comunicação e expressão e especialmente seus apontamentos sobre a TV. Este autor caracteriza a TV como “um instrumento técnico - de que se ocupam os manuais de eletrônica - baseada na qual uma certa organização faz chegar a um público, em determinadas condições de audiência, uma série de serviços que variam do comunicado comercial à representação do Hamlet” (ECO, 1976, p. 331). Acredita que é típico da arte – referindo-se ao cinema – transformar um material bruto (informações coletadas) em organização de dados (edições, montagens) e que a transmissão televisionada também possui, em menor grau, estes traços. O que os diferencia é

a capacidade que o cinema tem de expressar, enquanto que a TV comunica. Esta segunda, ainda que não propicie criações artísticas, pode criar necessidades e tendências que também fazem parte da evolução cultural, sendo, portanto caracterizada como um fenômeno sociológico.

Observa-se então um outro desafio para o bibliotecário: facilitar o acesso a informações livres do filtro do poder, e isso também faz parte da concretização de seu papel social de auxiliar a adequada formação social do indivíduo. Somente oferecer a informação sobre documentos e seus conteúdos, já não basta. É necessária a certeza de que ela alcançará seu destino: o entendimento de quem a busca.

A partir deste embasamento, a liberdade intelectual é colocada como uma responsabilidade fundamental dos profissionais da informação, especialmente dos bibliotecários, uma vez que à biblioteca ficam atribuídas algumas funções básicas como proporcionar acesso à informação, às idéias que servem como portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura; proporcionar apoio essencial à formação contínua, para a tomada de decisão independente; contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da liberdade intelectual ajudando assim a preservar os valores democráticos fundamentais universais; adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade da sociedade; assegurar que a seleção e a disponibilidade dos documentos e dos serviços sejam regidas por considerações de natureza profissional e não por critérios políticos, morais ou religiosos; adquirir, organizar e difundir a informação livremente, opor-se a qualquer forma de censura e disponibilizar os seus documentos, instalações e serviços a todos os utilizadores, de forma equitativa.

A ascensão das tecnologias de comunicação e informação permeia essa realidade. É necessário, portanto, fazer com que o maior número possível de pessoas tome conhecimento das noções básicas da informática e tenha uma boa orientação para extrair dela, o que ela pode oferecer de melhor. É indispensável citar aqui, a rede mundial de informações Internet como exemplo. É infinita a gama de informações que a Internet disponibiliza. É claro que não se pode ignorar a questão da disponibilização descontrolada de todos os tipos de informação, colocando em dúvida a qualidade e a veracidade do que se lê, mas isso seria assunto suficiente para outro trabalho, uma vez que levantaria questões polêmicas como a volta da censura e até a própria existência da rede (por isso se mencionou a orientação quanto ao seu uso). Então, se o computador ainda *assusta* grande parte da população, o bibliotecário pode, e *deve*, intermediar também esta aproximação. Para tanto, deve contar com a relativa queda dos

preços, e a atualização dos programas, cada vez mais primando pela facilidade de uso, e estabelecer cursos ou oficinas para seus usuários, visando a integração crítica destes com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Esta atuação bibliotecária que se vislumbra como a mais apropriada para auxiliar na formação crítica está então intimamente ligada com o desenvolvimento dos sujeitos, por isso pode acontecer nos mais variados ambientes nos quais estes sujeitos buscam, por algum motivo, certas qualificações através de informações. Assim o bibliotecário está presente em diversos segmentos, como por exemplo, na indústria, no ramo empresarial, na educação, tanto na instância pública, quanto na privada. Na indústria o bibliotecário atua em centros de informação destinados a fomentar pesquisas científicas e tecnológicas; nas empresas atua, mais recentemente, como agente gestor do fluxo de informações produzidas e consumidas; na educação, atua em escolas, universidades e se pode citar também, em bibliotecas públicas, que embora não tenham como função principal atender ao público escolar em suas demandas, no Brasil acaba por desempenhar, em muitos casos, somente esta atividade. É exatamente sobre a atuação deste profissional na educação que se dá maior ênfase, especialmente sobre sua atuação na escola fundamental.

2 A ESCOLA E SUAS FINALIDADES

Quando o termo educação é mencionado, geralmente, remete-se a um elemento capaz de garantir, especialmente às crianças e aos jovens, desenvolvimento cognitivo e discernimento suficientes para sua integração no convívio social. Assim, espera-se que a Escola, que é a institucionalização, a objetivação deste elemento, dê a estes sujeitos as condições necessárias para uma participação efetiva na vida social, através da construção de conhecimentos, dos quais deverão usufruir durante toda sua existência.

Este espaço, a escola, é conceituado por Reimer (1979, p. 51) como “uma instituição que exige a frequência de grupos etários específicos em classes, sob a supervisão de professores, para o estudo de um determinado currículo.” Podemos complementar este conceito supondo então que a instituição oficial da educação, para ser a base de formação de sujeitos capazes de ampliar seus conhecimentos em suas interações sociais, deve contar com um setor organizado possuidor de acervos com assuntos ou temas específicos a serem trabalhados, ou *ensinados*, e de pessoal especializado para exercer função pedagógica, que

estará à disposição dos alunos. Esta instituição tanto pode ser mantida pelo poder público, quanto pela iniciativa privada.

A história da educação no Brasil costumeiramente tem três períodos distintos, conforme Gadotti (1994). De 1500 à 1930 a educação era tradicional, privada, predominantemente religiosa e centrada na autoridade do educador. Entre 1930 e 1964 surgem o ensino público e as idéias e métodos mais liberais que focavam a criança. A partir de 1964 e durante os vinte anos subseqüentes houve uma tendência bastante tecnicista na educação e no ensinar, reflexo do poder dos governos militares. Após este período a educação e o ensino brasileiros vêm buscando novas diretrizes que acompanhem o estado de democracia vigente.

Hoje a educação, e conseqüentemente a escola brasileira, segundo Gadotti (1994), divide-se em dois níveis: a *educação básica*, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e a *educação superior*. Porém a partir daqui estaremos tratando especificamente do ensino fundamental e que segundo o mesmo autor “objetiva o domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, enquanto instrumentos para a compreensão e solução dos problemas humanos e acesso sistemático aos conhecimentos.” (GADOTTI, 1994, p. 25) Assim, este nível escolar, dirigido a crianças de 07 (sete) à 14 (quatorze) anos de idade, tem uma estreita relação com o desenvolvimento da percepção social e da criticidade do aluno. Para exemplificar tomemos como exemplo, um dos *instrumentos de compreensão* citados acima, a leitura.

Silva (1986, p. 15), diferencia a função social da leitura da simples leitura de consumo e reprodução. Segundo o autor a leitura mais produtiva “é aquela capaz de gerar a reorganização das experiências do leitor ao nível individual e ao nível coletivo, aquela capaz de gerar o máximo de conflito entre as interpretações”. O simples ato de *passar os olhos* sobre letras impressas não garante o entendimento do texto, muito menos a leitura de mundo, a compreensão de certas realidades e a articulação com estas realidades a partir do texto lido. Se ao ensino fundamental cabe, entre outros objetivos, garantir ao educando um domínio progressivo da leitura para a compreensão e solução de problemas humanos, então os esforços dos agentes envolvidos neste nível educacional devem se dirigir no sentido de ensinar a leitura para a conscientização. Assim, espera-se que todos os outros conteúdos e disciplinas presentes nos currículos deste nível recebam a mesma atenção.

Como se pode observar, o ensino fundamental é parte de um período da vida do sujeito em que o mesmo está formando sua identidade crítica, sua capacidade de argumentar e de criar. Este fato evoca questões como a qualidade da escola fundamental brasileira, a evasão

escolar, a repetência, e outras afins que merecem uma discussão muito mais ampla. Portanto, reconhecendo que este é um debate a ser retomado em ocasiões futuras, e reconhecendo também que a educação brasileira, especialmente a pública, enfrenta uma séria desarticulação com seus objetivos reais, o que não se pode deixar de mencionar, a escola que deveria estar proporcionando à criança e ao jovem bases para uma integração cada vez mais consciente com a sociedade, está, na verdade, por uma série de razões, desde políticas até estruturais, deixando de buscar seus objetivos, e transformando o ensino em algo apenas obrigatório, sem o compromisso com os resultados. Isto fere a finalidade da escola de capacitar o sujeito para o aprendizado constante e multidisciplinar, além de comprometer os níveis de ensino subsequentes. É neste sentido que Gonçalves (1997) também exprime sua preocupação em relação ao saber que a escola privilegia. Este saber, em sua opinião, “não está articulado às questões fundamentais provenientes da vida” (GONÇALVES, 1997, p. 77), não expressando a realidade social.

Neste sentido, supondo que a finalidade maior da escola seja *educar*, e supondo ainda que educar signifique dar ao educando acesso ao conhecimento integrado com as questões da realidade que o cerca, a escola, na figura de seus agentes, não pode deixar de transmitir informações visando, através da sua assimilação, a construção do conhecimento. Em função disto, cresce a responsabilidade de todos os profissionais envolvidos em atividades pedagógicas voltadas para o ensino fundamental, especialmente a do bibliotecário que, enquanto profissional da informação atuante na escola, tem grande participação neste contexto, já que este aprendizado constante que se vislumbra para o aluno passa pela capacidade de se informar e se manter informado.

3 ESCOLA E USO DA INFORMAÇÃO

O termo educação remete a outros, como aprendizado e cidadania e a idéia de aprendizado e cidadania passa pelo ato de se informar. O próprio ambiente escolar propicia situações de uso de informações que podem ser *laboratório* de informação, conhecimento e senso crítico. Esta importante veiculação de informações na escola é destacada por Paro (1995) como meio através do qual

“pais e demais membros da comunidade podem pôr-se a par de seus direitos e deveres para com a instituição escolar, bem como tomar conhecimento dos fatos e relações que se dão no interior do estabelecimento de ensino e

que dizem respeito a seus interesses enquanto usuários dos mesmos.”(PARO, 1995, p. 192)

Vejamos a seguir algumas situações citadas por este autor em que a veiculação da informação é imprescindível.

- *Associação de Pais e Professores (ou Associação de Pais e Mestres)*. As Associações de Pais e Professores são grupos compostos por membros da escola e da comunidade local, organizados formalmente com o objetivo de colaborar com o aprimoramento do processo educacional, através da assistência ao aluno, da arrecadação de recursos para melhorias nos estabelecimentos de ensino e da integração entre a escola e a comunidade. Não se propõe aqui a realização de uma análise das questões políticas que a existência das APP's envolve, como, por exemplo, a falta de responsabilidades do poder público para com a manutenção dos estabelecimentos de ensino. Pretende-se sim frisar que a participação nas atividades destas associações requer acesso a informações sobre seu funcionamento, seus objetivos.

As reuniões de APP's são espaços para tomadas coletivas – pais e professores – de decisões, para isso é preciso circular informações como o que é prioritário; como reivindicar melhorias junto a Secretaria de Educação ou outro órgão público; qual o melhor momento para se tomar decisões; como mostrar a comunidade escolar o que vem sendo discutido e realizado pela Associação.

- *Divulgação de Reuniões*. As reuniões de pais são momentos importantes para a integração escola-família. Além de uma oportunidade para os pais acompanharem mais de perto o desempenho dos filhos na escola, e, conseqüentemente, seu aprendizado, pode ser também um momento de tomada de decisões relevantes para o estabelecimento de ensino e ainda para as práticas pedagógicas. É claro que para isso é necessária uma participação consciente tanto dos pais, quanto do corpo escolar nestas reuniões, o que demanda informação e, segundo Paro (1995, p. 192), referindo-se à escola pública, “o processo de informação é um dos elementos de maior importância na efetivação da participação dos usuários na *vida*³ da escola.” A vida da escola, ou seja, a própria existência dela dentro do cumprimento de seus propósitos depende de um processo que permita um fluir de informações essenciais para a qualificação do estabelecimento e do ensino não só através de participação dos pais e dos agentes escolares em reuniões, mas através de um processo de informação que também prime pela formação contínua dos profissionais da educação, e conseqüentemente pela valorização do ensino e da escola.

³ Grifo nosso.

- *Conselhos de Classe*. Os Conselhos de Classe também são momentos importantes de troca de informações que podem guiar avaliações das práticas pedagógicas desenvolvidas, já que o foco central destas discussões é o desempenho escolar dos alunos, além da proposição de soluções para as deficiências observadas (PARO, 1995).

A estes exemplos de Paro pode-se ainda acrescentar alguns outros, como segue.

- *As aulas*. A aula é um processo pedagógico de transmissão de informações organizadas em conteúdos teóricos que visam a aprendizagem. Para que as aulas não tenham característica autoritária, o melhor é que a forma de transmissão dessas informações estimule o pensar. Neste *trocar* de informações cada sujeito constrói o conhecimento de acordo com suas experiências.
- *A Hora do Conto*. Hora do Conto é uma atividade de leitura geralmente proposta pela biblioteca da escola que, de forma lúdica, pode fazer com que as crianças reflitam sobre uma história que ouvem, estimulando não só o imaginário, mas também sua capacidade de perceber suas preferências, ou seja, capacidade de opinião. A hora do conto, quando bem desenvolvida, instiga a curiosidade e é um exercício de estímulo à criticidade, através da transmissão de informações.

Estas e outras situações comuns no cotidiano da escola, muitas vezes passam despercebidas como momentos importantes de transmissão de informação, mas acima de tudo de construção de conhecimento consciente. Para Carraher (1983) este é um dos maiores desafios existentes não só na Educação, mas nas Ciências Humanas. Especificamente na Educação o autor ressalta que

“a preocupação excessiva dos educadores com a transmissão de fatos, ou alegados fatos, ao invés do desenvolvimento do raciocínio do aluno, tem resultado em textos, desde a escola primária até o nível superior, virtualmente desprovidos de oportunidades para a reflexão. O conhecimento é tratado como um corpo de fatos que cada aluno deveria aprender (...) O bom aluno não questiona as ideias básicas, ele assimila as respostas corretas. (CARRAHER, 1983, p. 124)

Neste sentido, todas as atividades escolares poderiam objetivar a elucidação de conceitos, nos seus vários significados⁴, e o reconhecimento dos contextos, especialmente o contexto social, para que o educando compreenda as ideias que lhes são transmitidas como um todo, de modo que não considere os fatos apenas com uma seqüência de acontecimentos

⁴ “As mesmas sentenças podem ter significados diversos. Atribuímos o significado com base no conhecimento de que dispomos sobre a língua e sobre o mundo social.” (CARRAHER, 1983, p. 80)

desconexos. Desta forma o sujeito assimila conhecimento fragmentado, ficando impossibilitado de criar opiniões coerentes, reflexivas, críticas.

No entanto, não há formação de opinião crítica e coerente sem informação. Assim, a escola, além de oferecer pontos de acesso a informação, pode também ensinar seu aluno a se informar. Especialmente através de atividades de pesquisa e de incentivo ao gosto pela leitura, os agentes escolares podem voltar o ensino para fatos da realidade, permitindo ao aluno, a partir de observações, relacionar os conteúdos programáticos com a vida cotidiana, dando significado a sua ida diária à escola.

3.1 Qual Escola? Que finalidades?

O exposto acima demanda a necessidade de uma explanação, ainda que sucinta, de algumas concepções educacionais para que se possa situar os argumentos desenvolvidos até aqui.

A primeira é a chamada Escola Tradicional, ou, Pedagogia Tradicional. Nesta concepção, educação é transmissão de conhecimentos ao aluno pelo professor. As aulas consistem em exposições verbais e as avaliações em prova escrita ou argüição oral. A escola detém um caráter rígido, autoritário e de exigência sobre o aluno. (COTRIM, 1988). Alguns educadores como, por exemplo, Lourenço Filho (1978), acreditam que este modo tradicional de fazer educação tende a formar sujeitos capazes apenas de reproduzir o que já existe, sem condições críticas de discernimento.

A segunda é a chamada Escola Nova. A Escola Nova é um movimento que, opondo-se à educação tradicional, busca construir um outro modelo de educação. No Brasil, começou a se desenvolver na década de 1930, mas seus fundamentos já permeavam o pensamento pedagógico internacional antes disso.

Entre os teóricos denominados escolanovistas se pode citar John Dewey, pedagogo norte-americano e um dos precursores da idéia da aprendizagem através da atividade pessoal do aluno, e não mais centrada na figura do professor, conforme Gadotti (2001).

Destaca-se também Jean Piaget e sua abordagem construtivista. Em suas pesquisas Piaget buscou explicar o desenvolvimento intelectual da criança, com base num funcionamento interligado da mente e do corpo, pois, para ele as atividades intelectuais e as biológicas “são partes do processo global através do qual o organismo se adapta ao meio e organiza as experiências.” (WADSWORTH, 1997, p. 16). Pode-se observar, então, a importância do meio na formação biológica e também social da criança, sem, no entanto, desconsiderar o conhecimento e os valores que a criança acumula em sua vivência.

A terceira decorre da Teoria histórico-cultural de Vygotsky. A Teoria histórico-cultural de Lev Semyonovich Vygotsky atribui importância ao papel da interação social. Para o autor essa interação é uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento da criança, por isso o processo de ensino/aprendizagem sempre inclui aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre as pessoas. Nesta abordagem o conhecimento é construído socialmente por meio de ações efetivas como a organização do trabalho escolar em bases coletivas (parcerias entre alunos, bibliotecários e professores, por exemplo), assim, o educador é um mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento. Considera-se a criança um ser pensante, capaz de constituir e desenvolver criticidade.(VEER e VALSINER, 1996; WADSWORTH, 1997; VYGOTSKY, 1991)

A teoria de Vygotsky, que concebe a transmissão de conhecimento da cultura para a criança, alinha-se parcialmente à abordagem deste texto em alguns aspectos, como segue. O bibliotecário escolar pode ser o agente *mediador e mais experiente* a que o teórico se refere, com quem os alunos podem aprender mais, a partir da sua atuação pedagógica. Além disso, a intenção deste trabalho é enfatizar a capacidade de ampliação do conhecimento e da capacidade de escolhas sociais, profissionais, políticas e tantas outras pelos sujeitos através do despertar de sua criticidade. Esta condição permite uma relação mais consciente com os fatos da realidade, portanto tende a qualificar as interações sociais realizadas no cotidiano. E a teoria em questão supõe que o reconhecimento deste meio de interações resulta em raciocínio e pensamento enriquecidos.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR x BIBLIOTECA NA ESCOLA

Biblioteca escolar ou biblioteca na escola? Em que consiste uma biblioteca escolar? A simples existência de salas com estantes de livros caracterizam bibliotecas escolares? Silva (1995) acredita que “escrever sobre a biblioteca escolar brasileira é tocar numa das maiores deficiências do nosso aparelho escolar.” A partir desta afirmação se pode ainda indagar: porque exatamente a biblioteca escolar brasileira não é estudada, reconhecida e valorizada como um ambiente potencial de informação, e como consequência, de construção de conhecimento e senso crítico?

Para analisar estas e outras questões sobre este espaço tão incógnito no ambiente escolar, tomar-se-á como documento de base o Manifesto sobre Biblioteca Escolar da UNESCO, ou simplesmente Manifesto, que anuncia a biblioteca escolar como uma unidade

de informações e idéias fundamentais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, baseada na informação e no conhecimento, através dos estudantes que devem ter acesso a instrumentos que permitam o aprendizado constante, o desenvolvimento da imaginação e a cidadania responsável. Deste documento serão destacados alguns tópicos relevantes acerca da missão, das funções, do pessoal e do funcionamento da biblioteca escolar a fim de enfatizar a situação deste setor da escola brasileira.

Segundo o Manifesto, estão entre as *missões* da biblioteca escolar, o oferecimento de serviços de aprendizagem, livros e outros recursos a toda a comunidade escolar, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e situação social, para que desenvolvam pensamento crítico e utilizem, de maneira eficaz, a informação.

Já dentre as funções da biblioteca escolar o Manifesto sugere como essencialmente necessário para o bom desenvolvimento da leitura e da escrita, da capacidade informativa e da educação ações como: apoio aos programas de ensino; incentivo ao gosto pela leitura e pela frequência e utilização de bibliotecas; possibilidade de criação; utilização de informações variadas e em qualquer suporte, possibilitado a comparação de informações e a formação de opinião própria; atividades que estimulem ações culturais e sociais.

No que tange ao *pessoal*, expressa-se a necessidade de o bibliotecário escolar e do pessoal de apoio atuarem em conjunto com os demais agentes escolares, e darem às suas atividades um encaminhamento pedagógico, o que exige alguns conhecimentos específicos.

Para um *funcionamento* efetivo e responsável da biblioteca escolar, o Manifesto anuncia a necessidade de uma política para biblioteca escolar que defina seus objetivos, além da acessibilidade à todos os agentes escolares.

Estes itens acima apresentados formam um conjunto de características básicas de uma biblioteca escolar e sugerem uma atuação muito mais abrangente que a prática existente na maioria das bibliotecas escolares brasileiras. A presença destes requisitos caracteriza a biblioteca escolar, pois eles a incluem no contexto pedagógico. E somente fazendo parte deste contexto a biblioteca poderá efetivar seu papel dentro da escola, não só apoiando o trabalho do corpo docente, mas também atuando como um espaço que estimule o conhecimento e o entendimento dos fatos, especialmente os fatos sociais, que explícita ou implicitamente, exigem leitura de mundo. Pirela e Ocando (2003) acreditam que bibliotecas escolares que promovam atitudes como estas são muito importantes para a formação humana, pois permitem ao sujeito “expandir seu campo cognitivo e modificar suas estruturas mentais para resolver problemas não só no âmbito acadêmico, mas também no cotidiano”. (PIRELA e

OCANDO, 2003, p.7) Assim se percebe que os trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas escolares podem desenvolver a crítica e levar à transformação – de pensamento e de atitudes.

Mas, se o que se vislumbra como desempenho de uma biblioteca escolar tem tanta importância para a formação educativa e social dos sujeitos, porque ainda não se consegue efetivar toda esta potencialidade? Silva (1999) acredita que esta insuficiência atinge não apenas as bibliotecas escolares, mas também a maioria das bibliotecas direcionadas a outros públicos. Para o autor, os bibliotecários

“parecem exercer um papel passivo, de mero entregador de livros, colocando-se fora dos circuitos de interlocução e de interação (...). Talvez resida aí o ‘pêndulo manco’ da biblioteconomia brasileira: o trabalho cotidiano e prático tende para a área técnica, mas é incapaz de transformar em ação concreta o discurso (...) em torno da necessidade de reflexão sobre o social.” (SILVA, 1999, p. 103)

De outro lado, foi da reforma do ensino de 1971 que Milanesi (1993) resgatou a origem dos problemas das bibliotecas escolares. Para este autor a instituição da *pesquisa escolar* expôs a fragilidade de um decreto nacional que exigiu mudanças do sistema educacional, mas não considerou todas as deficiências já existentes e evidenciou a inexistência de bibliotecas escolares. Hoje, mesmo com o novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituído em 1996, que garante ao aluno o conhecimento da realidade social e política, o que pode ser concretizado não somente no decorrer das aulas, mas também a partir de atividades de leitura na biblioteca escolar, os reflexos desta medida ainda podem ser considerados. Desde então a atividade de *pesquisa escolar* tem sido desenvolvida de forma equivocada. Os trabalhos escolares, na maioria das vezes, se resumem a cópias literais de verbetes de enciclopédias. Este fato nos guia à lamentável constatação de que já há algumas décadas o descaso com o sistema educacional, o que inclui suas bibliotecas, perdura em nossa realidade política, com reflexos no âmbito social.

Mesmo assim, ao se perguntar se a biblioteca escolar “tem saída”, Silva (1995) coloca-se otimista julgando que a melhoria da biblioteca escolar e da própria escola brasileira deve ser concretizada se pensarmos em trabalhar e qualificar as estruturas que já temos. Assim, os esforços devem estar buscando alternativas no sentido de envolver a biblioteca com a comunidade escolar e com a comunidade próxima como um todo, como um espaço pedagógico, educativo, inserido no ambiente escolar não apenas fisicamente, mas como um espaço comprometido com a função social da escola de contribuir para formação de cidadãos críticos, conscientes.

5 BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR x BIBLIOTECÁRIO NA ESCOLA

Da mesma forma que a biblioteca escolar dificilmente é vista e entendida como um espaço pedagógico, o bibliotecário – quando existente nas escolas, especialmente as públicas – raramente é considerado – e se considera – um educador. Geralmente lhe são atribuídas funções técnicas e até burocráticas que o distancia do fazer pedagógico e da aceitação como bibliotecário escolar. É bem verdade que o serviço técnico e administrativo existente na biblioteca escolar também é responsabilidade do profissional que nela atua, e que destes serviços depende também o bom funcionamento do setor. Mas, o que costumeiramente acontece é que por exigência do estabelecimento de ensino, ou por falta de consciência do próprio bibliotecário relacionada a seu papel pedagógico, a demanda de serviço como (simples) organização de estantes e empréstimo de livros, acaba por ocupar quase todo o tempo, restando alguns poucos momentos para uma atividade de interação direta com o estudante e demais membros da comunidade escolar que envolva o emprego de técnicas pedagógicas.

Mas, quem é o bibliotecário? O que este *sujeito* está fazendo na escola? O bibliotecário que atua na escola é um agente escolar que pode mediar as informações necessárias para a formação do sujeito. É muito comum afirmar que entre suas funções dentro da escola está o apoio as atividades dos professores através do oferecimento de recursos informacionais. Muitas vezes, esse *oferecimento* de recursos informacionais pode ser entendido como um simples *repass*e de livros ou documentos – talvez, por razões como esta, haja tanto desconhecimento acerca de sua atuação – enquanto que, na verdade, *oferecer* recursos informacionais para apoiar o trabalho docente significa:

- conhecer seu usuário;
- conhecer a necessidade de informação de seu usuário;
- organizar o acervo que tem disponível de modo que consiga recuperar a informação desejada em tempo hábil;
- dominar técnicas e tecnologias de acesso a informação;
- interagir com o corpo docente;
- interagir com os alunos, e
- vislumbrar a possibilidade que dá ao aluno de construir conhecimento a partir do contato com tal informação.

É verdade que somente as atitudes acima apresentadas não resolvem por completo a questão da identidade deste profissional na escola, mas guiam um trabalho pedagógico. Ocorre, no entanto, que muitas vezes, nem a comunidade escolar, nem mesmo o próprio bibliotecário, quando inicia suas atividades num estabelecimento de ensino, interpretam desta forma sua atuação. A única atribuição que lhe é dada – e que, em muitas vezes, ele se auto-atribui – é de prestador de livros.

Dada a importância de um melhor entendimento sobre as responsabilidades do bibliotecário escolar, enumeramos a seguir algumas de suas tarefas dadas pela literatura da área. No âmbito técnico administrativo cabe a este profissional a catalogação e a classificação do material bibliográfico para a pronta recuperação dos mesmos, organização do material e possibilitação do acesso à informação existente na biblioteca. Estas atividades podem ser desenvolvidas pelo próprio bibliotecário, ou delegadas aos demais funcionários. Já para uma ação pedagógica concreta do bibliotecário escolar, cabe-lhe o estímulo ao uso da biblioteca pelos professores, participação em reuniões pedagógicas e de planejamento, participação efetiva na elaboração e manutenção do projeto político pedagógico, elaboração de atividades que estimulem a crítica a partir, por exemplo, da leitura, e, sobretudo, consciência de que sua atuação tem importante participação no processo de despertar do senso crítico dos alunos. É na escola que a maioria das crianças tem seu primeiro contato com uma biblioteca e com o profissional bibliotecário. Se nesta etapa de descobrimento e curiosidade a atuação do bibliotecário escolar mostrar ao aluno todas as possibilidades informativas e culturais que uma biblioteca pode lhe oferecer, se lhe ensinar a utilizar, de forma correta, as fontes de informação, se lhe proporcionar, na biblioteca, atividades que permitam novos conhecimentos e a construção de opiniões próprias sobre os fatos da vida, e se lhe mostrar que isto lhe possibilitará uma existência mais justa e digna, é provável que haja neste aluno o despertar para os papéis que esta e outras bibliotecas podem cumprir na sua trajetória cognitiva e intelectual guiando-o para a busca de novos conhecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente abordagem sobre a presença da biblioteca e a atuação do bibliotecário no ambiente escolar partiu do entendimento de que a autonomia crítica dos sujeitos é formada a partir do acesso à informações variadas, e que este é um direito social. Assim, entende-se que a formação integral dos sujeitos, de sua autonomia crítica, de sua capacidade de

discernimento, de entendimento da realidade, que sua capacidade de dialogar sobre questões sociais e políticas, enfim que a formação de seu senso crítico se dá a partir de acesso à informações que lhe permita abstração. Entende-se também que a biblioteca é um centro gerador e disseminador dessas informações, e que a biblioteca escolar, por estar atrelada à instituição formal de educação deve contemplar estas características para poder formar cidadãos.

No entanto, é sabido, a partir da literatura examinada, que no contexto educacional brasileiro a biblioteca escolar é um setor que ainda não conquistou o espaço de participação mais destacado no contexto pedagógico. Ela ainda não é entendida como um espaço capaz de oferecer ao estudante e ao professor instrumentos e subsídios informacionais indispensáveis; não é entendida como fundamental na formação integral dos sujeitos. Por isso é importante que a formação de uma identidade pedagógica seja atribuída ao bibliotecário que atua em ambientes escolares. Uma vez ciente de seu papel de agente escolar, ciente de suas responsabilidades pedagógicas que são diretamente relacionadas ao aluno e ao trabalho do professor, o bibliotecário escolar pode mostrar à escola sua importância dentro do contexto educacional. A partir de uma identidade profissional bem formada e bem reconhecida pela comunidade escolar o bibliotecário terá condições para desenvolver uma atuação pedagógica plena.

A biblioteca escolar atende a um público *curioso* pelas coisas da vida. Cabe aos profissionais que convivem com estes meninos e meninas, mesmo com todas as dificuldades estruturais que uma biblioteca escolar possui, buscar instrumentos para cultivar esta *curiosidade* com informações que dêem conta de atender suas dúvidas mais cotidianas e assim lhes mostrar os caminhos da autonomia crítica.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, David William. **Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas**. São Paulo: Pioneira, 1983. 163 p.

COTRIM, Gilberto. **Educação para uma escola democrática: história e filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectivas, 1976, 392 p.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001. 319 p.

GONÇALVES, Francisca dos Santos. Trabalho, conhecimento, descoberta do ser sujeito: um desafio para a escola. **Contexto e Educação**. Ijuí, v. 11, n. 46, p. 74 – 104, abr./ jul. 1997.

LIMA, Simone. **A qualidade de vida não vai à escola**. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~clipping/abril/d05/qualidade%20ensino.html>> Acesso em: 17 ago. 2001.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 107p. (Coleção Primeiros Passos, 94)

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995. 335 p.

PIRELA, Johann, OCANDO, Jenny. La biblioteca escolar en el contexto de la sociedad del conocimiento: algunas orientaciones para la construcción de un nuevo modelo. **Infolac**. v. 16, n. 2, p. 6 – 10. abr./ jun. 2003

REIMER, Everett. **A escola está morta: alternativas em educação**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 186p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999. 128 p.

_____. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papyrus, 1986. 115 p.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 118 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 45)

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993. 104p.

VEER, René van der, VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese**. São Paulo: Loyola; Unimarco, 1996. 479 p.

YVYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. Tradução: Jose Cipolla Neto, Luis Silveira Barreto, Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 168 p, (Coleção Psicologia e Pedagogia)

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

ABSTRACT

This article studies the work of a professional librarian within schools. Emphasizing the basic school years (Brazilian standard) as the place where children first make contact with a library and the librarian. Special attention was given to the pedagogical responsibilities of this same professional, who is also known as school active agent, therefore, having essential importance in the educative communication process.

KEY WORDS: School Library. School Librarian. Basic School

Originais recebidos em 19/05/2004